

sua situação histórica, dentro da consolidação do movimento socialista europeu, onde tiveram um papel fundamental na delimitação dos limites teóricos de cada corrente de pensamento, na organização de sua militância e na definição de suas lideranças.

## **Marx versus Bakunin, ou a Revolução e o Poder**

A polêmica surgida entre Karl Marx e Mikhail Bakunin assumiu proporções ainda maiores do que aquela que ocorreu entre Marx e Proudhon, e acabou por comprometer a existência da mais importante organização para o socialismo e para o movimento operário em suas primeiras décadas, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Sem dúvida alguma, o debate entre Marx e Bakunin demonstra, como teremos a oportunidade de perceber, uma profunda divergência teórica quanto à condução da luta revolucionária que, embora não se resuma a uma contradição entre liberdade e autoritarismo – ou entre federalismo e centralismo – como afirma Maurício Tragtenberg, tem nesta oposição seu tema fundamental. Por outro lado, os problemas entre os dois começam já a partir de suas personalidades, o que comprometia um relacionamento mais estreito entre eles. Se é verdade que os problemas pessoais não devem dificultar as possibilidades de uma ação social revolucionária, não é menos verdade que as teorias desenvolvidas por cada um deles tem muito a ver com as respectivas personalidades, e nem poderia ser de outra maneira. Por volta da década de 40 do século 19, eles chegaram a manter cordiais relações e discutiam, junto com Proudhon e outros socialistas exilados em Paris, os problemas do socialismo que se formava e as questões de organização do movimento operário. Já nesta época Bakunin antevia suas diferenças com Marx:

“Eu e Marx éramos amigos naquela época e nos víamos com freqüência. Eu o respeitava pela sua sabedoria e pela dedicação séria e

apaixonada, ainda que misturada a uma certa dose de vaidade, à causa do proletariado. Costumava ouvir atentamente sua conversa inteligente e instrutiva, mas não havia intimidade entre nós. Nossos temperamentos não se adaptavam: ele me chamava de idealista sentimental – e estava certo. Eu o chamava de vaidoso, traiçoeiro e ardiloso – e também estava certo!” (Mikhail BAKUNIN, apud 128, p. 36).

Procuraremos trabalhar aqui, de maneira sucinta – assim como foi feito no caso de Proudhon –, a polêmica entre Marx e Bakunin, delineando-lhe o contorno histórico e as particularidades.

O embate entre eles deu-se, como já foi dito, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, e selou-lhe o destino. Começamos então por entender a constituição da AIT. Conforme mostram os historiadores – por exemplo, Max Nettlau<sup>14</sup> e Sérgio Augusto Queiroz Norte<sup>15</sup> – o movimento internacionalista dos trabalhadores era uma necessidade frente ao horizonte internacional do capitalismo, que precisa de um bom relacionamento entre as nações (lembramos dos anseios pela fraternidade entre os povos da burguesia francesa de 1789 e dos trabalhos da ONU no século 20) para que seja possível a existência de mercados que permitam o livre fluxo do capital. Neste sentido, já em 1833 aparecia um primeiro documento de organização operária que professava um certo internacionalismo, o “Manifesto das Classes Produtivas da Grã-Bretanha”, endereçado “aos governos e povos da Europa e América do Norte e do Sul”. No entanto, os caminhos que levaram à criação da AIT foram longos, tortuosos e, em diversos momentos, obscuros.

---

14. Ver, principalmente, os capítulos 8, “Los orígenes del colectivismo antiautoritario en la Internacional y en los grupos formados por Bakunin, desde 1864, en los años 1864-1868 (Otoño)” e 9, “Las ideas libertarias en la Internacional desde 1869 a 1872”, de *La Anarquía A Través de los Tiempos*.

15. Ver *Bakunin: Sangue, Suor e Barricadas*, com ênfase para o capítulo 3, “Bakunin, militante da I Internacional” e, do mesmo autor, o texto introdutório ao volume de Mikhail Bakunin, *Escrito Contra Marx / Conflitos da Internacional*, intitulado “Bakunin x Marx: Conflito de Titãs na Associação Internacional dos Trabalhadores”.

“Mas os trabalhadores e os socialistas, os homens de 1848 em diante e as jovens gerações, viam que estava chegando o tempo para reanimar seus movimentos, fundar suas organizações, e neste ambiente de relações e reagrupamentos freqüentes entre os Estados que agiram como donos do mundo, é assombroso que também os trabalhadores, *finalmente*, pensassem em relacionar-se entre si *internacionalmente*. Esse relacionamento deu-se muito lentamente, entre 1862 e 1864, apenas entre alguns núcleos de Londres e de Paris, entre alguns homens que se dedicaram a isto diretamente, para falar de maneira exata, e onde triunfaram as inércias, os excessos, os interesses de partidos, as invejas etc., e os homens mais influentes, que foram diretores das organizações, e que tomaram muito cuidado de não se ligar a um assunto a não ser que o êxito estivesse assegurado. Esta é a verdadeira história das origens da *Internacional*, estabelecida pela documentação íntima. Para as poucas reuniões públicas, cuidadosamente preparadas, bons oradores e um bom público aclamador bem entusiasta, mas não havia nada a dizer, e depois as coisas foram feitas em um pequeno conclave, levando meses e meses, quase fracassando nas suscetibilidades, nas vaidades etc. até que resultou na reunião de 28 de setembro de 1864, na qual muitos nomes preparados de antemão foram aclamados, e assim o grande grupo diretor, o Conselho Central (mais tarde *Conselho Geral*), foi constituído e os sucessivos foram depois recrutados por cooptações; os congressos gerais lhe confirmaram sempre a confiança” (83, p. 88).

Embora Nettlau seja bastante negativista em sua análise da criação da AIT, é certo que sua origem foi muito mais fruto de ações isoladas e interesseiras do que fruto da ação consciente e organizada das massas trabalhadoras. No entanto, sejam quais forem suas fontes, é inegável a relevância que a Internacional assumiria no seio do movimento operário, cada vez mais dinâmico e mais estruturado.

Com essa formação eclética e pouco estruturada, a associação envolvia diversas organizações operárias, com as mais diferentes orientações políticas, e nos primeiros anos da organização a rigidez de princípios nunca foi a sua marca fundamental:

“A Internacional era composta desde sua fundação por organizações operárias que defendiam concepções, tendências e táticas diversas, baseadas em estatutos gerais que nada tinham de rígido. Estas diferenças foram discutidas nos Congressos Internacionais de Lausanne (1867), Bruxelas (1868) e Basiléia (1869); nos congressos foram debatidos temas de relevância para a classe operária, tais como: luta pela redução da jornada de trabalho, a exploração de mão-de-obra feminina e infantil, a luta contra o desemprego, o papel dos sindicatos e organizações operárias nas lutas contra o capital, a cooperação internacional do proletariado, o direito à educação da classe operária, o papel da mulher no capitalismo, a coletivização da terra e da indústria. Além disso, a Internacional apoiou movimentos grevistas na Suíça, Bélgica, França e outros países. Toda essa atuação militante despertou a ira dos governos constituídos e conseqüente repressão feroz aos internacionalistas” (Sérgio A. QUEIROZ NORTE, *Bakunin versus Marx: Conflito de Titãs da Associação Internacional dos Trabalhadores*, in 7, p. 10-1).

Mas o fato é que a pouca rigidez – garantida inclusive via estatutos – e o ecletismo inicial foram cedendo lugar a tentativas cada vez mais intensas de se assegurar a hegemonia de determinados grupos no seio da instituição, principalmente pelos membros do Conselho Geral, entre eles Karl Marx<sup>16</sup>. Com o Congresso de Basiléia, as coisas começam a ficar mais claras, e as posições assumidas levam a um impasse.

---

16. Segundo Queiroz Norte, “a influência intelectual e teórica de Marx é sentida desde a fundação da Internacional, e o mesmo trabalhará para mantê-la no seio do Conselho Geral e, apoiado neste órgão, irá difundir o seu pensamento. O seu objetivo é aumentar sua influência sobre o conjunto da Associação e pela sua correspondência sabemos o quão importante isso é para ele. Não se comprometerá nos congressos (dominados pelos proudhonianos nos primeiros anos) e intervirá através do Conselho Geral com programas, informes, circulares e propostas que visavam ‘combater as seitas’ (94, p. 79). Também George Woodcock aponta esta prática de Marx, tanto no primeiro volume de seu *Anarquismo* no capítulo “A Ânsia de Destruir”, quando fala sobre Bakunin, e no segundo volume da mesma obra, no capítulo “Esforços Internacionais”, quando aborda a AIT.

“Após o Congresso de Basileia (1869) duas tendências eram preponderantes: a ação política para a conquista do poder estatal é o coletivismo antiestatista. A primeira era representada pelo Conselho Geral de Londres (com hegemonia de Marx e Engels) e pelos ‘blanquistas’ franceses – corrente inspirada em Auguste Blanqui que defende a tomada do poder estatal por um coeso grupo de revolucionários e a implantação da ditadura revolucionária –, o coletivismo antiestatal era representado pelas federações do Jura (Suíça), Espanha, Bélgica e Itália” (Idem, p. 11).

É importante ressaltar que Bakunin só ingressaria na Internacional em junho de 1868, através da seção de Genebra, quando Marx já era figura de destaque no Conselho Geral. Nos anos anteriores, Bakunin havia participado de algumas organizações ligadas ao movimento socialista. Em 1864 ele fundou a Fraternidade Revolucionária Internacional, em cujos estatutos podem ser percebidos os princípios de um socialismo revolucionário baseado no federalismo e no internacionalismo. Em 1867 ele participa ativamente no Congresso pela Paz realizado em Genebra, organizado por pessoas como Victor Hugo, Garibaldi, John Stuart Mill, Louis Blanc, Alexander Herzen, entre outros. Neste congresso Bakunin apresenta seu *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, redigido especialmente para expressar suas idéias sobre as condições da paz e da liberdade na Europa. Nesta ocasião é criada a Liga pela Paz e Liberdade, e Bakunin é eleito para seu comitê executivo. No segundo congresso da Liga, em 1868, rompe definitivamente com ela, expressando seus ideais libertários. Neste mesmo ano, reunindo os antigos membros da Fraternidade Revolucionária Internacional e as poucas pessoas que o apoiaram na Liga, cria a Aliança Internacional da Democracia Socialista, que seria o pivô – oficialmente – do cisma na AIT.

Bakunin, que já era membro individual da AIT, pede o registro da Aliança Internacional naquela Associação. Sua proposta é de que os escritórios regionais da Aliança fossem convertidos em filiais da AIT, embora continuassem vinculados ao Bureau

Central da Aliança – controlado por ele. Ou seja, a Aliança Internacional da Democracia Socialista teria uma dupla existência, enquanto entidade autônoma e enquanto parte da Associação Internacional dos Trabalhadores. Isso sem dúvida era uma jogada política de Bakunin para manter sua influência nos locais onde a Aliança era mais desenvolvida que a AIT, particularmente nos países latinos, enquanto que Marx manteria sua influência no Conselho Geral e nos países sob sua jurisdição, principalmente Alemanha e Inglaterra.

O Conselho Geral da AIT negou o pedido de filiação da Aliança alegando que a existência de um segundo organismo internacional só dividiria as forças do movimento, e seria um contra-senso que a Associação admitisse tal fato. No entanto, o Conselho aceita o ingresso de todos os membros da Aliança e concorda que suas seções tornem-se seções da AIT, desde que a Aliança deixe de existir enquanto organismo internacional. Assim, em março de 1869, a Aliança é oficialmente dissolvida e seus escritórios tornam-se seções da Internacional. George Woodcock afirma que o objetivo desta manobra política de Bakunin é muito claro:

“É difícil determinar agora até que ponto Bakunin pensou que a Aliança Social Democrática pudesse ter uma vida independente e até que ponto a idealizou para ser um cavalo da Tróia, que lhe permitiria introduzir um exército de anarquistas no coração da Internacional. Entretanto, tendo em vista os esforços feitos para estabelecer organismos da Aliança em diversos países e o sucesso que alcançou, quando comparada a organizações anteriores também criadas por Bakunin, parece bastante improvável que este a tenha considerado apenas como uma organização temporária, de fachada. Fanelli partiu para a Espanha em novembro de 1868 e fundou seções em Barcelona e Madri. Outras seções foram criadas em Lyon, Marselha, Nápoles e Sicília. A mais importante delas, entretanto, ficava em Genebra, onde também funcionava a Comissão Central, sob a liderança pessoal de Bakunin. Assim, a Aliança espalhou-se precariamente pelos países latinos, mas diferente das confrarias, tinha uma vida independente além do círculo restrito de

amigos pessoais de Bakunin. Todas as evidências sugerem que ela era levada a sério por Bakunin e seus principais colaboradores e que estes esperavam que ela continuasse a existir como organismo anarquista, com um certo grau de autonomia, dentro da Primeira Internacional, atuando como uma espécie de grupo radical ativo, uma dedicada legião de ‘propagandistas, apóstolos e finalmente, organizadores’, como os chamava Bakunin” (126, vol. I, p. 146-7).

Com a dissolução oficial da Aliança, o primeiro congresso internacional do qual Bakunin participa ativamente é o de 1869, realizado na cidade de Basileia. Nos congressos anteriores, porém, já se vislumbrava um pouco do que aconteceria na AIT com o ingresso de Bakunin. No Primeiro Congresso, em 1866, o Comitê Central foi dissolvido e foi instituído o Conselho Geral que, ao funcionar em Londres, era formado por sindicalistas ingleses e por refugiados estrangeiros, como Marx e outros alemães, alguns blanquistas e alguns mazzinianos; os anarquistas, de qualquer tendência, nunca estiveram presentes no centro executivo da Internacional, e sua atuação ficou restrita às federações e aos congressos internacionais. Neste Congresso já se forma uma certa polêmica em torno das idéias de Proudhon, atacadas por Marx e defendidas pelos delegados franceses, praticamente um terço do Congresso, mutualistas em sua maioria, seguidos por alguns coletivistas, franceses e jurassianos, que depois se aliariam a Bakunin. Entretanto, neste e nos próximos congressos a hegemonia seguiria sendo das demais tendências socialistas que compunham o Conselho Geral. A partir do Segundo Congresso, os mutualistas começam a perder força, enquanto os coletivistas cada vez mais são os principais opositores do Conselho Geral<sup>17</sup>. Quando Bakunin chega ao Quarto Congresso,

---

17. Como mostra George Woodcock no segundo volume de *Anarquismo* (126), os primeiros congressos da AIT foram marcados pela presença preponderante dos mutualistas franceses, discípulos de Proudhon. Entretanto no Congresso de Bruxelas (1868), os coletivistas – que aderiram a Bakunin – já eram a principal força: “Os mutualistas ainda eram uma força a ser levada em conta no Congresso de Bruxelas, em

já existe, pois, um confronto no seio da Internacional entre socialistas anarquistas e os socialistas comunistas (chamemos assim as diversas facções que apoiavam a orientação dada por Marx ao Conselho Geral). As facções anarquistas, no entanto, estavam sob controle: conseguiam aprovar algumas resoluções secundárias, mas as questões principais eram marcadas sempre pela primazia dos grupos ligados ao Conselho Geral; faltava aos grupos anarquistas uma liderança orgânica que polemizasse com o Conselho, polarizando as forças: este foi o papel assumido por Bakunin.

Veremos agora as diferenças pessoais e teóricas entre Bakunin e Marx, para entender as forças polarizadas por cada um deles, para poder perceber o rumo tomado pela polêmica e seu desfecho. Henri Arvon alerta que, embora a polêmica entre eles tenha variados aspectos, o centro dela é justamente o problema da organização – que, no fundo, é o problema de socialismo libertário *versus* socialismo autoritário, que Tragtenberg aponta para o fato de que é sempre tomado como um debate a-histórico, e não como o desenvolvimento natural do movimento operário<sup>18</sup>

“A disputa definitivas entre anarquismo e marxismo, que desta vez se verifica nos planos político e ideológico, produz-se no seio da Primeira Internacional, cuja direção é disputada por Marx e por Bakunin. O enfretamento, cujas causas são múltiplas, em que tanto tem peso a

---

setembro de 1868, não obstante esta reunião no fim assinalasse um claro desvio para a política de coletivismo econômico. A oposição proudhoniana à socialização da terra era agora ineficaz, desde que os coletivistas belgas, conduzidos por Caesar de Paepe, controlaram mais da metade dos votos, e uma resolução, exigindo a propriedade pública das minas, transporte e terra, fora aprovada por ampla maioria” (p. 11).

18. Vale ressaltar a afirmação de Maurício Tragtenberg em *Marx x Bakunin ou Marxismo x Anarquismo* (119), citada já no início deste capítulo, de que a oposição entre os dois socialistas não deve ser tomada em uma perspectiva a-histórica, unicamente como um debate pessoal dos dois, ou como uma simples opção entre autonomia e autoridade, se bem que este seja o cerne de toda a questão.



diferença de doutrina como a diferença de temperamento, termina por cristalizar-se em torno do problema da organização: Marx é centralista; Bakunin, federalista. Esta divergência reflete com clareza a oposição entre a ciência e a vida, às vezes exposta por Bakunin. Enquanto o socialismo de Marx repousa na crença em uma necessidade inelutável da evolução demonstrada pelo materialismo histórico e dialético, Bakunin se assegura do impulso irresistível e às vezes irreflexivo dos indivíduos viventes que, por uma tendência natural e inata, aspiram à liberdade. À consciência de Marx, carregada, sob a forma do Partido, com a direção das lutas revolucionárias das massas, opõe-se a espontaneidade exaltada por Bakunin, a ação autônoma das massas, a revolução que surge de baixo” (1, p. 178-9).

Na verdade, a discussão entre Marx e Bakunin é uma reedição do confronto do primeiro com Proudhon; enquanto membros ativos do movimento socialista, ambos trabalham com a hipótese da necessidade de uma nova sociedade, estruturada de modo a acabar com o sistema de exploração e fundada na igualdade entre as classes, isto é, organizada de modo a não permitir o aparecimento de classes sociais distintas; o que distingue o trabalho teórico e a atividade prática de um e de outro são os *meios* designados para a superação da sociedade capitalista e para a construção da sociedade socialista. Todos os outros aspectos da polêmica derivam desta oposição básica, sendo, na verdade, diferentes aspectos de uma mesma questão. Deste modo, o centro do debate continua sendo a *ação política*, como era com Proudhon, e Marx segue afirmando a necessidade de organização política em um partido operário centralizado que congregue os esforços e lutas do proletariado, enquanto que os anarquistas continuam a defender a ação econômica dos trabalhadores, com a criação de novos mecanismos de produção e distribuição que se oponham ao sistema de exploração, criticando a ação política no mesmo campo e no mesmo nível utilizado pela burguesia. No debate com Bakunin, entretanto, embora a questão central siga sendo a mesma, ela assume novos matizes e possibilita diversos desdobramentos.

Para Marx, a luta contra o capitalismo é essencialmente uma luta do proletariado. No *Manifesto Comunista*, ele já afirma que a história é a história da luta de classes, e por isso a luta contra o capitalismo é uma luta do proletariado (classe explorada) contra a burguesia (classe exploradora), as duas classes antagônicas neste modo de produção. À medida que o proletariado se constitui como classe, que vai ganhando consciência de sua situação e do seu lugar social, os embates com a burguesia começam a ficar cada vez mais radicais:

“O proletariado passa por diferentes fases do desenvolvimento. Logo que nasce, começa a luta contra a burguesia.

A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrências, quebram máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média.

[...]

Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus próprios salários; chegam a fundar associações permanente a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em rebelião” (78, p. 18-9).

A consciência de classe, no entanto, é fundamental para que o proletariado assuma sua luta contra a burguesia. O caminho que Marx vislumbra para a tomada de consciência do proletariado é o da organização e da ação política. Daí a proposta da formação do Partido Comunista, cujo objetivo é justamente organizar o proletariado enquanto classe e a conquista do poder político, tomando-o das mãos da burguesia:

“O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe,

derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (78, p. 26).

Esses objetivos ficam ainda mais claros quando eles falam sobre as particularidades da Alemanha:

“Na Alemanha, o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que essa age revolucionariamente: contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia reacionária.

Mas nunca, em nenhum momento, esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, a fim de que, uma vez destruídas as classes reacionárias na Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia” (78, p. 54).

Através de sua visão dialética e materialista da história, Marx está convencido de que a revolução socialista é uma necessidade histórica. Cumpre que se organize o proletariado que, organizado e consciente, terá condições de tomar o poder político, socializar os meios de produção e construir uma nova sociedade. A ação política é fundamental, pois é através dela que o proletariado conquista sua consciência de classe; a tarefa dos revolucionários socialistas, a “vanguarda” do movimento, é justamente a de organizar as massas, construir um partido político que seja a via de ação e representação dos interesses proletários frente à sociedade, e que garanta os mecanismos para que a classe organizada conquiste o poder político.

O antagonismo de classes também é afirmado por Bakunin, se bem que não de modo científico e histórico, como feito por Marx, mas de modo imediato, como conflito entre burgueses e operários:

“O antagonismo existente entre o mundo operário e o mundo burguês, toma um caráter cada vez mais pronunciado. Todo aquele que pense conscienciosamente e cujos sentimentos e imaginação não se alteram devido à influência muitas vezes inconsciente de sofismas egoístas, deve hoje compreender que nenhuma reconciliação é possível entre eles. Os trabalhadores querem a igualdade, os burgueses querem a manutenção da desigualdade. Uma destrói evidentemente a outra. Até mesmo a grande maioria dos burgueses capitalistas e proprietários que têm a coragem de dizer publicamente aquilo que pretendem, não temem manifestar com a mesma franqueza o horror que lhes inspira o atual movimento da classe operária. São inimigos tão decididos como sinceros, nós os conhecemos bastante bem” (12, p. 63).

Se Bakunin e Marx concordam quanto ao antagonismo de classes e a necessidade de sua superação – a instituição de uma sociedade sem classes, da igualdade – as divergências logo aparecem quando o assunto passa a ser a tática de ação para a construção desta sociedade. Quanto à ação política, Bakunin é radical ao rejeitar a organização em partidos políticos, em nome da livre associação dos operários e da população despossuída em organizações que fomentem novas formas de convívio social, em oposição às relações de exploração e dominação da sociedade de classes, como é um partido político hierarquizado.

Para Bakunin, a revolução não é fruto da história, mas da espontaneidade das massas que a conduzem. A revolução só acontece como ação direta das massas, conscientes de sua necessidade e desejosas de seu triunfo. Ele até admite que um grupo de revolucionários espalhe nas massas as sementes da revolta, mas nunca que elas sejam conduzidas por eles. A revolução social só tem sentido e pode ter êxito se esse for o desejo do povo, pois só sua ação pode conduzir a ela. Sendo fruto da massa, é inconcebível que qualquer grupo queira impor a revolução a ela:

“Com que direito impõem aos operários e aos camponeses uma forma determinada de governo ou de organização econômica? Com o

direito da revolução, dizem. Mas a revolução quando age despoticamente, em lugar de provocar a liberdade nas massas, provoca nelas a reação. O meio e a condição, senão o fim principal da revolução, é o aniquilamento do princípio de autoridade em todas as suas manifestações possíveis, é a abolição, a destruição completa e violenta, por necessidade, do Estado, porque o Estado, irmão menor da Igreja, como bem o demonstrou Proudhon, é a conservação histórica de todos os despotismos, de todos os privilégios, a razão política de todas as servidões econômicas e sociais, a essência mesma e o centro de toda reação. Quando em nome da revolução se quer fazer Estado, ainda que não seja mais que um Estado provisório, faz-se a reação e se trabalha pelo despotismo, não pela liberdade: pela instituição do privilégio contra igualdade” (9, p. 176).

Em outro escrito Bakunin reafirma a idéia de que a revolução é obra do povo e condena aqueles que, em nome da revolução, procuram alçar-se como nova autoridade:

“A revolução devendo fazer-se, em toda parte, pelo povo, e a suprema direção devendo ficar sempre no povo organizado em federação livre de associações agrícolas e industriais, o Estado revolucionário e novo, organizando-se de baixo para cima por meio da delegação revolucionária abrangendo todos os países insurretos em nome dos mesmos princípios independentemente das mesmas fronteiras e das diferenças de nacionalidades, terá por objetivo a administração de serviços públicos e não o governo dos povos. A aliança da revolução universal contra a aliança de todas as reações constituirá a nova pátria” (13, p. 86).

Com base nos princípios de que a revolução deve ser obra direta do povo<sup>19</sup> e tem por principal objetivo a destruição da

---

19. Tragtenberg fez uma interessante análise da idéia de Bakunin de que a revolução deve ser feita pelo “povo”, incluindo aí os camponeses, o *lumpen*, que Marx acreditava de tendência reacionária e que Bakunin vê como o verdadeiro motor da revolução. Segundo Tragtenberg, Marx, que é alemão, e vem de um país desenvolvido, onde a importância do

autoridade e das injustiças, Bakunin condena toda forma de ação política que seja uma reprodução da máquina política do Estado burguês, pois esta prática seria uma afirmação da sociedade de exploração. A negação da ação política, porém, não equivale, pelo menos nos textos anarquistas, à negação da ação social; a ação política que se nega é aquela perpetuada pela própria burguesia. Nos textos citados, tanto de Bakunin quanto de Proudhon, nota-se a afirmação de necessidade da ação popular radical para a transformação da sociedade, e embora se critique a ação burguesa sob o epíteto de *ação política*, pode-se perceber claramente que a ação social teorizada, praticada e estimulada pelos anarquistas é uma ação política: evita-se apenas o termo, para não confundir com a prática burguesa, por eles criticada.

Essa crítica da política, porém, foi sempre um “cavalo de batalha” de Marx contra seus quase companheiros de socialismo, que sempre os acusou de ingenuidade, quando não de má-fé, por essa reação à política burguesa. Em um texto escrito para definir o verbete “apoliticismo” para o *Manual Republicano para 1874*, publicado em italiano, Marx afirma:

“Ninguém negará que, se os apóstolos do apoliticismo expressarem-se (sic) de um modo tão claro, a classe operária os mandaria passear e se sentiria insultada por esses burgueses doutrinários e fidalgos descarreirados, que são bastante tolos ou ingênuos para proibirem qualquer meio real de luta, porque todas as armas para o combate precisam ser tomadas da sociedade atual e porque as condições fatais desta luta têm a desgraça de não se adaptar às suas fantasias idealistas; fantasias que esses doutores em *ciência social* elevaram à divindade, sob os nomes de *Liberdade, Autonomia e Anarquia*. Mas o movimento da classe operária é tão potente hoje em dia, que esses filantropos

---

proletariado é maior, defende a idéia de que a revolução será obra desta classe; Bakunin, que é russo, de um país menos desenvolvido onde os camponeses ainda são a figura central, vê logicamente nestes e nos “desclassificados” em geral a matéria-prima para a transformação social. Sobre isso consultar o artigo já citado.

sectários já não se atrevem a repetir, com respeito à luta econômica, as *grandes verdades* que incessantemente proclamavam quanto à luta política. São demasiado covardes, para aplicá-las às greves, às coligações, às sociedades de ofício único, às leis sobre o trabalho de mulheres e crianças, sobre a limitação das horas de trabalho etc.” (Karl Marx, “Apoliticismo”, in 79, p. 68-9).

O problema da ação política está na verdade ligado à questão da *autoridade*. O principal objetivo dos socialistas em geral é a igualdade e a justiça social; para os anarquistas, em particular, a igualdade só é possível através da liberdade, e para que a liberdade possa ser total é necessário que se destrua todo e qualquer vestígio da autoridade. É a crítica da autoridade que fundamenta a crítica da ação política, pois nos moldes capitalistas toda ação política é hierarquizada, é estruturada segundo um sistema de autoridades e submissões, onde não há lugar para a liberdade.

A autoridade também está por trás do problema da descentralização. Uma organização centralizada pressupõe a autoridade, enquanto que a descentralização vai realizando uma quebra progressiva e uma miniaturização da autoridade e, levada a seus extremos, significa a extinção da autoridade, visto que ela estaria dividida igualmente por todas as pessoas e cessaria de existir como expressão de uma desigualdade de poder. Esse é o motivo da crítica de Bakunin aos planos de Marx de construir um partido político operário, que centralizaria as lutas revolucionárias, sendo a autoridade do movimento, ao mesmo tempo que critica a gestão de Marx no Conselho Geral da AIT que, na perspectiva de Bakunin, representava uma centralização da entidade, garantindo a autoridade daquele Conselho e comprometendo a autonomia das diversas federações da entidade. Para Bakunin, isso comprometeria irremediavelmente a perspectiva de uma revolução social, pois ela deveria surgir espontaneamente das massas, e não como fruto da ação da autoridade de um Conselho Geral.

Os anarquistas militantes da AIT passaram a denominar os socialistas que defendiam uma centralização em torno do Conselho Geral – em particular o grupo de Marx – de *socialistas autoritários*, pois professavam a idéia de que a autoridade é necessária à organização do movimento revolucionário e para a manutenção da revolução e a estruturação da nova sociedade. Para Bakunin e os anarquistas, essa ação pautada na autoridade não poderia nunca levar à construção de uma sociedade justa e libertária, mas apenas inauguraria uma nova forma de opressão e poder. Naquele mesmo *Almanaque Republicano para 1874*, onde Marx publicou seu texto para combater o “apoliticismo”, Engels publicou um outro texto de ataque aos anarquistas, este dedicado a uma crítica à crítica do autoritarismo. Ele escreveu:

“De uns tempos para cá alguns socialistas empreenderam uma verdadeira cruzada contra o que eles chamam de *princípio de autoridade*. Basta dizer que este ou aquele ato é *autoritário*, a fim de que o condenem. Abusa-se deste método sumário de proceder a tal ponto que não resta outra alternativa a não ser examinar a coisa um pouco mais de perto. Autoridade, no sentido em que é tratada, quer dizer: imposição da vontade de outro à nossa; autoridade supõe, por outro lado, subordinação. Agora, por pior que soem estas duas palavras, e por mais desagradável que seja para a parte subordinada a relação que representam, a questão está em saber se há meios de prescindir dela, se, dadas as condições atuais da sociedade, podemos criar outro regime social no qual esta autoridade já não tenha objetivo e no qual, por conseguinte, deva desaparecer” (Friedrich ENGELS, “Da Autoridade” in 79, p. 63).

Engels mostra que o desenvolvimento da sociedade leva a uma organização cada vez mais complexa, e procura justificar a autoridade como fenômeno necessário a toda e qualquer organização. Para tanto, arrola alguns exemplos materiais – a organização da fábrica, de uma ferrovia e a condução de um navio no mar – para provar a necessidade social da autoridade, e a sua presença em qualquer sociedade, mesmo na organização socialista.



“Vimos então que, por um lado, certa autoridade, delegada como foi, e por outro lado, certa subordinação, são coisas que, independentemente da organização social, nos são impostas com as condições materiais em que produzimos e fazemos circular os produtos.

E vimos, além disso, que as condições materiais de produção e de circulação crescem inevitavelmente com a grande indústria e com o desenvolvimento da agricultura, e tendem cada vez mais a ampliar o campo desta autoridade. É, pois, absurdo falar no princípio da autoridade como um princípio absolutamente ruim e do princípio de autonomia como um princípio absolutamente bom. A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social” (79, p. 65).

Engels conclui seu escrito com uma crítica à idéia libertária de abolição do Estado – a personificação maior da autoridade – e com uma acusação a eles de servir à pequena burguesia reacionária:

“Mas os antiautoritários exigem que o Estado seja abolido de uma só vez, antes ainda de terem sido destruídas as condições sociais que o fizeram nascer. Exigem que a primeira ação da revolução social seja a abolição da autoridade. Estes senhores não viram nunca uma revolução? Uma revolução é, indiscutivelmente, a coisa mais autoritária que existe; é a ação por meio da qual uma parte da população impõe sua vontade à outra por meio de fuzis, baionetas e canhões, pois meios autoritários existem; e o partido vitorioso, se não quer ter lutado em vão, tem que manter este domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. [...] Portanto, de duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e neste caso não fazem mais do que semear a confusão; ou sabem e, neste caso, traem o movimento do proletariado. Em um e outro caso servem à reação” (79, p. 66).

No entanto, as afirmações de Bakunin e dos libertários são feitas em um âmbito ligeiramente diferente daquele explorado por Engels: por um lado, Bakunin afirma que não tem sentido falarmos em *limites naturais* à liberdade, pois sendo um fenômeno essencialmente humano ela só tem sentido nos domínios

do homem, e não nos da natureza; a natureza não é liberdade, é sua condição. Do mesmo modo, a autoridade enquanto fenômeno social de dominação e de submissão, de *negação da liberdade*, portanto, não tem nada a ver com as condições naturais: só tem sentido no reino do humano. Os exemplos naturais levantados por Engels são falsos exemplos de autoridade. Por outro lado, quando Engels fala da necessidade de autoridade – e, portanto, da hierarquização – nas relações de produção em fábrica de fibras de algodão, está pressupondo os métodos históricos de produção segundo a prática de uma sociedade de dominação, e tomando metafísica e a-historicamente o fenômeno da produção, afirmando que ele só pode acontecer segundo este tipo de organização ao qual estamos historicamente acostumados; a proposta socialista, entretanto, é de que se construa uma nova sociedade, o que pressupõe uma organização radicalmente diferente daquela: uma organização que se estruture sem o concurso da autoridade, mas que se baseie na liberdade e na igualdade.

Outra consideração necessária é a de que a crítica dos libertários à autoridade dá-se em duas frentes complementares: nas relações inter-humanas e na ação política e social. Para Bakunin, a autoridade e o poder corrompem facilmente aqueles que têm contato com eles, e os interesses do povo são esquecidos em nome da atração e do poder.

“É por isso que se vê comumente o povo expressar uma profunda desconfiança em relação aos defensores mais zelosos de seus direitos. ‘Falamos assim, dizem, porque não estão ainda no poder. Mas quando estiverem nele falarão de outro modo’. O povo tem razão, é a história eterna de todos os ambiciosos no poder, e essa história se repete a cada dia, com uma monotonia singular. Vimos a John Bright, o celebre agitador do povo inglês, declarar, em uma carta dirigida a um de seus eleitores, pouco depois de sua entrada no ministério de Gladstone, ‘que seus eleitores não deviam assustar-se de modo algum com sua mudança de linguagem e de opinião. Que uma coisa era pensar, sentir, querer e falar como membro da oposição, e outra coisa era pensar, falar

e trabalhar como ministro'. [...] A posição de todo poder político é tal que não se pode fazer outra coisa que não seja mandar, limitar, diminuir, e por fim anular a liberdade popular, sob pena de suicídio. E é porque reconhecemos esta profunda verdade, tanto confirmada pela teoria quanto demonstrada pela experiência de todos os tempos e de todos os países, que nós, socialistas revolucionários, não cremos que basta colocar o poder em mãos dos homens novos, ainda que estes homens sejam os democratas mais sinceros, ainda que sejam trabalhadores. Pedimos a abolição do poder" (9, p. 140).

Em nome desta desconfiança pelo poder, Bakunin alertava, ainda em 1869, através do jornal *L'Egalité*, órgão de imprensa da seção genebrina da AIT – antigo comitê central da *Aliança da Democracia Socialista* de Bakunin – que a Internacional não podia ceder à tática política da burguesia, pois o comprometimento da associação com a política partidária seria o seu fim como entidade revolucionária.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, para permanecer fiel a seu princípio e para não se desviar da única via que pode conduzi-la ao seu objetivo, deve, sobretudo, precaver-se contra a influência de dois tipos de socialistas burgueses: os partidários da *política burguesa*, incluindo mesmo os revolucionários burgueses, e os da *cooperação burguesa*, denominados *homens práticos*.

[...]

A emancipação econômica, como já dissemos no nosso número precedente, é a base de todas as outras emancipações. Resumimos, nestas palavras, toda a política da Internacional.

[...]

É evidente que todo o movimento político que não tenha por objetivo imediato e direto a emancipação econômica *definitiva e completa* dos trabalhadores, e que não inscreva na sua bandeira, com clareza e determinação, o princípio da *igualdade econômica*, isto é, a *restituição integral do capital ao trabalho*, ou seja, a liquidação social – é um movimento burguês e, como tal, deve ser excluído da Internacional.

[...]

Conquistar a liberdade política *primeiro*, não pode significar mais do que conquistar apenas a ela, deixando, pelo menos nos primeiros

dias, as relações econômicas e sociais no estado em que se encontram, isto é, os proprietários e os capitalistas com sua insolente riqueza, e os trabalhadores com a sua miséria. Mas uma vez conquistada esta liberdade, diz-se, ela serviria aos trabalhadores como instrumento para conquistar mais tarde a *igualdade ou a justiça econômica*.

A liberdade é, com efeito, um magnífico e poderoso instrumento. O problema é saber se os trabalhadores poderiam, de fato, dela se servirem, se eles a possuiriam realmente, ou se, como sempre aconteceu até agora, a sua liberdade política não seria mais do que uma aparência enganadora, uma ficção?" (12, p. 64-6).

Para Bakunin, a revolução política e a revolução social devem acontecer *simultaneamente*: a destruição da ordem econômica deve ser coroada com a destruição da ordem política que a sustenta; a construção de uma nova ordem social deve, também, culminar com a criação de uma nova ordem política para sua gestão. Uma revolução meramente política, a tomada do poder por outra classe não leva, necessariamente à revolução social – a construção da liberdade e da igualdade –, assim como uma revolução social que não promova, concomitantemente, uma revolução política teria sérios problemas para se manter, devido ao arcabouço hierárquico que herdaria da antiga ordem social: essa a grande lição de Bakunin.

“A revolução política, contemporânea é realmente inseparável da revolução social – de que será, por assim dizer, a expressão ou a manifestação negativa –, não será já uma transformação, senão uma liquidação grandiosa do Estado, e a abolição radical de todas as instituições políticas e jurídicas que têm por objeto a submissão do trabalho popular à exploração das classes privilegiadas. Ao mesmo tempo em que destruirá a potência econômica dos proprietários, dos capitalistas, dos patrões, destruirá a dominação política de todos os chamados representantes coroados ou não coroados do Estado, desde os imperadores e os reis até o último *gendarme* ou guarda campestre, de todos os grandes e pequenos corpos do Estado, de todas as classes e de todos os indivíduos que – em nome de um poder fundado, para uns sobre o direito divino, e para outros sobre a eleição popular e

sobre o sufrágio universal, cega ou servilmente praticada pelas massas, malvadamente explorado e afastado de seu fim pelos exploradores dessas massas —, se colocam ante elas como senhores e como amos. A revolução social barrará todas estas instituições e todos estes representantes da eterna tirania, aberta ou mascarada, não para substituí-la por outra, senão para destruir de uma vez por todas o princípio mesmo da soberania, da dominação e da autoridade; e o sufrágio universal, atuando em meio a esta revolução, tendo por ponto de partida a igualdade econômica e social conquistada por ela, não terá por objeto, como muitos pretensos socialistas o imaginam e esperam, a criação de um novo Estado e de um novo governo político, que dariam a essa ‘vil multidão’ novos amos, senão uma organização ampla, procedendo de baixo para cima, pela via de uma federação livre da liberdade e do trabalho de todos, povos, províncias, comunas, associações, indivíduos, sobre a base única da igualdade e da fraternidade humanas” (9, p. 172-3).

Este trecho de Bakunin nos remete para o último dos tópicos da polêmica Marx/Bakunin a ser aqui discutida: a questão do Estado. Para Bakunin o Estado é a expressão máxima da autoridade, portanto da exploração, portanto da desigualdade: deve, pois, ser destruído, e este deve ser o primeiro ato da revolução para que se possa realmente construir uma nova sociedade, sem os resquícios da antiga ordem; para Marx, o Estado também é um mal que será extirpado, mas não de maneira imediata: antes, é necessário que o proletariado chegue ao poder, conquiste o próprio Estado e implemente as transformações econômicas necessárias; depois, com o tempo, conforme desaparecessem as condições sociais que a ele deram origem, o Estado naturalmente pereceria. Novamente, a polêmica se faz em torno dos meios a serem utilizados para se chegar a um mesmo fim.

Segundo a análise de Marx, o Estado é uma entidade abstrata que tem sua origem no fenômeno da divisão do trabalho:

“É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de

*Estado*, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e, sobretudo, como desenvolvermos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras [...] segue-se, além disso, que toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento” (76, p. 48-9).

Assim o Estado surge como a expressão abstrata dos interesses coletivos, a sua função seria proteger estes interesses da gana dos interesses individualizados. Entretanto, Marx e Engels demonstram mais adiante que, enquanto não existem na sociedade classes conscientemente constituídas, o Estado permanece defensor de um interesse abstrato, pois a sociedade é um amálgama de interesses conflitantes e amorfos. Com a constituição de uma classe dominante, o Estado passa a ser o representante real dos interesses desta classe.

“A burguesia, por ser uma *classe* e não mais um *estamento*, é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, a dar uma forma geral a seu interesse médio. Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do Estado ocorre hoje em dia apenas naqueles países onde os estamentos ainda não se desenvolveram totalmente até se transformarem em classes, onde ainda desempenham certo papel os estamentos já eliminados nos países mais avançados, onde existe uma certa mistura; países nos quais,

por conseguinte, nenhuma parte da população pode chegar a dominar as outras” (76, p. 97-8).

A conclusão é que o Estado é o veículo da dominação: é através dele que a classe dominante legitima a dominação, pois é através dele que ela faz com que seus interesses *particulares* sejam apresentados como interesses *gerais*, de toda a sociedade. Então, toda classe que aspira à dominação deve, necessariamente, conquistar o Estado, para então fazer de seus interesses os interesses de todos, possibilitando a dominação política que encobre a verdadeira dominação, a econômica. Para Marx, mesmo o proletariado, que aspira não a uma dominação política e econômica, mas à extinção de toda e qualquer dominação, deve conquistar o poder político, isto é, o Estado, para que possa, através do exercício deste poder político, pôr fim à dominação econômica e aos privilégios de classe. Como o Estado é a expressão natural das diferenças sociais e surge para garantir o interesse coletivo, quando deixam de existir as condições básicas que causam o seu aparecimento ele tenderia naturalmente a desaparecer.

Bakunin concorda com Marx quanto ao aspecto negativo do Estado: para ele o Estado, enquanto encarnação máxima da autoridade, é a maior expressão do mal social.

“Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto o será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado absolutamente não é sociedade, é apenas uma forma histórica tão brutal quanto abstrata. Nasceu historicamente, em todos os países, do casamento da violência, da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante. [...] o Estado é a autoridade, é a força, é a ostentação e a enfatuação da força. Ele não se insinua, não procura converter: sempre que interfere, o faz de mau jeito, pois sua natureza não é de persuadir, mas de impor-se, de forçar.

Inutilmente tenta mascarar esta natureza de violador legal da vontade dos homens, de negação permanente de sua liberdade. Então, mesmo que determine o bem, ele o estraga, precisamente porque o ordena, e porque toda ordem provoca e suscita revoltas legítimas da liberdade; e porque o bem, no momento, da moral humana, não divina, do ponto de vista do respeito humano e da liberdade, torna-se um mal” (13, p 33).

E é justamente por concordar com Marx quanto ao caráter negativo, histórico e abstrato do Estado que ele discorda dele quanto ao caminho da revolução e a transição para a nova sociedade. Para Bakunin, como o Estado é a máxima encarnação da autoridade, o primeiro ato da revolução social deve ser a destruição deste instrumento de dominação. Só a destruição do princípio de autoridade pode abrir o caminho para uma nova organização econômica social e política. Se o princípio de autoridade permanecer como o centro dos esforços de organização, a construção de uma nova sociedade será muito difícil, pois é impossível instaurar a igualdade quando continuam havendo concentrações de poder, diferentes graus de autoridade. Segundo Bakunin, o exercício do poder político, fruto histórico das contradições sociais do sistema de dominação, não pode, por suas próprias limitações sociais e históricas, ser o veículo da implantação de um novo sistema social baseado na igualdade; sendo o resultado de determinadas condições sociais, ele não tem condições de destruí-las e fundar novas condições, opostas às primeiras. Convicto destes princípios, Bakunin dirige duras críticas a Marx, não às suas análises de economia política, à sua radiografia do sistema capitalista – lembremos que Bakunin foi o tradutor de *O Capital* para o russo –, mas às análises políticas e às propostas de Marx para a revolução e a construção do socialismo, em particular ao tema da “ditadura do proletariado”. Já nas décadas de 60 e 70 do século 19 Bakunin antevia a possibilidade de uma revolução de inspiração marxista ser levada à construção de uma nova dominação, baseada na burocracia e no estatismo.



“No Estado popular do Sr. Marx, dizem-nos, não haverá absolutamente classe privilegiada. Todos serão iguais, não somente do ponto de vista jurídico e político, mas também do ponto de vista econômico. Pelo menos no-lo prometem, ainda que eu duvide muito que, da maneira como procedem e na via que querem seguir, possam algum dia cumprir sua promessa. Não haverá, portanto, mais nenhuma classe, mas um governo, e, observai-o bem, um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem todos os governos hoje, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a *justa* repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reino da *inteligência científica*, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e mais desprezível de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante. E, então, cuidado com a massa de ignorantes!

Tal regime não deixará de provocar seriíssimos descontentamentos nessa massa, e, para contê-la, o governo iluminador e emancipador do Sr. Marx precisará de uma força armada não menos séria. Isso porque o governo deve ser forte, diz o Sr. Engels, para manter na ordem esses milhões de analfabetos cuja sublevação brutal poderia tudo destruir e tudo derrubar, mesmo um governo dirigido por cabeças transbordantes de cérebro” (7, p. 95-6).

Este é o teor da crítica de Bakunin ao processo de luta pelo socialismo proposto por Marx. Existem muitos outros pontos que poderiam ser abordados, mas o que foi visto aqui é suficiente para que se percebam os contornos da polêmica entre os dois socialistas, e permite um entendimento mais razoável dos incidentes que levariam ao fim a Primeira Internacional. Feitas estas considerações em torno das diferenças teóricas entre Marx e Bakunin, voltemos ao palco da AIT.

Como foi explicitado anteriormente, o primeiro congresso da Internacional do qual Bakunin participou ativamente foi o de 1869, realizado na Basileia. Neste congresso Bakunin conseguiu aglutinar diversas forças que até este momento encontravam-se dispersas na entidade, e pela primeira vez fazer frente ao grupo que articulava o Conselho Geral, dificultando a ação deste, até então razoavelmente tranqüila. A polêmica, nesta ocasião, fez-se, na verdade, em torno de um ponto menor: o direito de herança. Vejamos o que diz o historiador Woodcock sobre o episódio:

“Como tantas vezes acontece, a questão que provocou a derrota tinha muito pouco a ver com as diferenças básicas que separavam os socialistas libertários e os socialistas autoritários. Era a questão de extinção do direito de herança, que Bakunin exigia como primeiro passo para a obtenção da igualdade social e econômica. A atitude de Marx, que não estava presente à conferência, parecia mais revolucionária mas era, na verdade, mais reformista do que a de Bakunin. Ele desejava nada menos do que a total socialização dos meios de produção – mas mostrava-se disposto a aceitar o aumento dos impostos de transmissão como medida de transição. Bakunin teve uma vitória aparente, já que sua proposta venceu por 32 votos contra 23, enquanto a de Marx teve 16 contra 37 mas na prática, houve na verdade um empate, pois as abstenções eram contadas como votos negativos, e assim, a proposta de Bakunin, que teve 13 abstenções, não conseguiu a maioria absoluta necessária para que fosse incluída no programa da Internacional” (126, vol. 1, p. 149-50).

Embora não houvesse um vencedor declarado nesta questão, ela funcionou como uma derrota para o grupo de Marx que, na direção do Conselho Geral havia sempre conseguido um equilíbrio favorável no seio da Associação, cedendo à oposição – principalmente dos mutualistas franceses – em pontos de menor importância, e conseguindo a maioria para aprovar a sua orientação nos principais tópicos do programa. Com a chegada de Bakunin que conseguiu, graças à sua farta oratória, aglutinar as forças federalistas da organização, pela primeira vez o Con-

selho Geral não conseguiu a maioria, e envolvia-se em uma polêmica. Após esta ocasião, a oposição entre Marx e Bakunin ficou cada vez mais clara, e é óbvio que ambos disputavam o comando dos trabalhadores europeus; uma questão pessoal, que tinha por trás de si, na verdade, o conflito de duas concepções diferentes do socialismo. Após este incidente, acirrou-se o conflito entre uma série de federações da Internacional – nitidamente dos países latinos – que, comandados por Bakunin, defendiam que a AIT fosse um organismo descentralizado, federativo, limitando o Conselho Geral a atividades burocráticas e de correspondência, e o Conselho Geral instalado em Londres, comandado por Marx, que defendia uma centralização da entidade e uma maior politização, em torno deste Conselho.

No ano de 1870, a Comuna de Paris atraiu os interesses dos revolucionários europeus, e não houve Congresso Internacional. Em 1871, o Conselho Geral convocou uma conferência fechada, com poucos delegados, onde foi discutida a expulsão de Bakunin e alguns de seus seguidores, sob a alegação de que a antiga “Aliança da Democracia Socialista” não havia sido dissolvida – como determinado pelo Conselho Geral para aceitar a admissão de Bakunin – e continuava a operar secretamente no seio da AIT.

Nesta conferência foi apresentada uma Circular Reservada do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigida por Marx e intitulada “As Pretensas Divergências na Internacional”, que seria depois enviada a todas as federações da Associação. Assim Marx abre o documento:

“Até hoje, o Conselho Geral impôs-se uma reserva absoluta com relação às lutas internas existentes no seio da Internacional e jamais respondeu publicamente aos ataques públicos lançados contra ele, durante mais de dois anos, por membros da Associação.

“A persistência de um punhado de provocadores em fomentar que se confunda a Internacional com uma sociedade hostil a ela desde sua origem, poderia não ser ainda motivo para romper o silêncio. Mas o apoio que a reação européia encontra nos escândalos provocados por

esta sociedade, num momento em que a Internacional atravessa a crise mais séria que já conheceu desde a sua fundação, obriga o Conselho Geral a fazer a história de todas estas intrigas” (Karl MARX, “As Pretensas Divergências na Internacional”, in 79, p. 25).

Depois desta introdução, Marx faz uma longa recapitulação histórica das relações da AIT com a Aliança Internacional da Democracia Socialista, documentando o processo de Bakunin e seus seguidores à Internacional sob a condição de dissolução da Aliança, condição por eles aceita. Examina os acontecimentos, as polêmicas ocorridas durante os congressos, a divulgação tendenciosa delas pela imprensa burguesa, e conclui com uma nova crítica aos anarquistas e suas táticas de ação:

“Em uma palavra, explorando o grande ‘princípio da autonomia das seções’, que ‘constitui a verdadeira força da Internacional... sobretudo nos países de *raça latina*’ (*Révolution Sociale* de 4 de janeiro), esses senhores especulam sobre a anarquia na Internacional.

A anarquia: eis aqui o grande cavalo de batalha de seu mestre Bakunin, que, dos sistemas socialistas, não aproveitou mais do que as etiquetas. Todos os socialistas entendem por anarquia o objetivo final do movimento proletário. Uma vez conseguida a abolição de classes, o poder do Estado, que serve para manter a imensa maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora pouco numerosa, desaparece e as funções do governo transformam-se em simples funções administrativas. A Aliança confunde alhos com bugalhos. Proclama que a anarquia nas filas proletárias é o meio mais infalível para romper a potente concentração de forças sociais e políticas que os exploradores têm em suas mãos. Com este pretexto, pede à Internacional, no momento em que o velho mundo trata de esmagá-lo, que substitua sua organização pela anarquia. A polícia internacional não pede outra coisa para eternizar a república de Thiers, cobrindo-a com o manto imperial” (79, p. 61-2).

Percebendo que o plano de Marx era colocar fora de ação Bakunin e os anarquistas, e com isso proceder a uma centralização ainda maior da Internacional através do Conselho Geral,

os militantes suíços, ligados a Bakunin, organizaram uma conferência na cidade de Sonvilliers, na região do Jura, para discutir a questão. Bakunin não compareceu a essa reunião, mas enviou aos companheiros uma carta onde responde às críticas de Marx:

“Com efeito, na nova circular *privada* do Conselho Geral de Londres datada de 5 de março de 1872, mas divulgada publicamente, segundo parece, somente nesses últimos dias, nada falta: invenções ridículas, falsificações de princípio e fatos, insinuações odiosas, mentiras cínicas, calúnias infames, enfim, todo o arsenal de guerra do Sr. Marx em campanha [...]

Era realmente muito estúpido responder a isto. Mas tive, para guardar silêncio, razões bem mais importantes do que o desgosto natural que sentimos em lutar contra a lama. Eu não quis fornecer um pretexto a estes dignos cidadãos, que evidentemente buscavam um, para poder reduzir a seu nível um grande debate de princípios, transformando-o em uma mísera questão pessoal. Não quis tomar parte alguma na terrível responsabilidade que deve recair sobre aqueles que não temeram introduzir nesta Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual o proletariado de tantos países espera sua salvação, o escândalo das ambições pessoais, os germes da discórdia e da dissolução. Eu não quis abertamente oferecer ao público burguês o espetáculo, tão triste para nós, tão reconfortante para ele, de nossas dissensões internas.

Enfim, penseis que devia me abster de atacar, diante deste mesmo público, uma súcia na qual, gosto de reconhecer, há homens que prestaram incontáveis serviços à Internacional.

[...]

Terminarei esta carta por uma última observação. Nada prova melhor a dominação desastrosa do Sr. Marx no Conselho Geral do que a referida circular. Percorrei os nomes dos 47 signatários e encontrareis somente sete ou oito que puderam pronunciar-se neste caso com *algum* conhecimento de causa. Todos os outros, instrumentos complacentes e cegos da cólera e da política marxianas, referendaram uma condenação infame contra nós, a quem jamais viram, nem ouviram falar, a quem julgaram e executaram sem terem sequer se dignado a nos dirigir uma pergunta!

É assim que no Conselho Geral de Londres, entende-se a *Justiça*, a *Verdade* e a *Moral*, que, segundo as considerações de nossos

estatutos gerais, devem servir de base a todas as relações, tanto coletivas quanto individuais, na Associação Internacional dos Trabalhadores? Ah! Senhor Karl Marx, é mais fácil colocá-las como cabeçalho de um programa do que exercê-las!

Dir-se-ia que, neste momento em que a federação belga questiona a existência ulterior do Conselho Geral, todos os membros deste Conselho se sentiram preocupados em provar, não somente que a instituição tornou-se inútil, mas que ela nada mais é hoje do que uma instituição malfazeja” (Mikhail BAKUNIN, “Carta aos Companheiros do ‘Boletim da Federação Jurassiana’ em Resposta à Circular Privada do Conselho Geral, 6 de junho de 1872”, in 7, p. 117-20).

Através destes trechos da carta de Bakunin a seus partidários, podemos perceber claramente que os conflitos na Internacional, em sua fase final, tomaram um tom eminentemente social, de troca de insultos e calúnias, mas sempre fundamentado nas diferenças teóricas dos oponentes. A conferência realizada em Sonvilliers expediu uma circular a todas as federações da AIT, onde exigia o fim da centralização da associação em torno do Conselho Geral e uma maior autonomia para as federações, e reivindicavam a imediata realização de um Congresso Internacional onde fossem discutidas as afirmações da Circular Privada.

Este congresso foi realizado ainda no mesmo ano de 1872, no mês de setembro, na cidade de Haia. A circular de Sonvilliers havia sido muito bem aceita em diversas federações, e a determinação da cidade de Haia como sede do Congresso irritou algumas federações do sul, pela dificuldade de deslocamento – notadamente, as federações mais prejudicadas pelo local foram aquelas dirigidas pelos anarquistas –, sendo que a federação italiana acabou por romper publicamente com o Conselho Geral e não compareceu, e o próprio Bakunin não pôde ir até lá.

Todos estes impedimentos fizeram com que Marx conseguisse comparecer ao Congresso de Haia com ampla maioria, e aí foram tomadas as medidas que decretariam o fim da Primeira Internacional. Em primeiro lugar, foi derrotada uma proposta de Bakunin que visava transformar o Conselho Geral em um “bureau

de correspondência”, depois, foi aprovada uma proposta de Marx que transferia a sede do Conselho Geral de Londres para Nova Iorque e, por fim foi instituída uma Comissão de Investigação para analisar o caso de Bakunin e sua Aliança. Essa comissão examinou uma série de documentos arrolados por Paul Lafargue, genro de Marx, que procurava mostrar que a Aliança continuava em atividade, sob o comando de Bakunin, principalmente na Espanha.

Nas Atas do Congresso, aparecem as seguintes resoluções:

“VII. – *Resoluções relativas à Aliança*

A Comissão encarregada da Investigação sobre a Aliança (secreta) da Democracia Socialista compunha-se dos cidadãos: Cuno (33 votos), Lucain (24), Splicingard (31), Vichard (30), Watter (29).

Em seu relatório ao Congresso, a maioria desta comissão declarava que ‘a Aliança secreta havia sido fundada com estatutos complementares opostos àqueles da Internacional’. Ela propunha:

Excluir da Internacional Mikhail Bakunin, como fundador da Aliança, e por um fato pessoal:

“Excluir Guillaume e Schwitaguébel como membros da Aliança;

[...]

O Congresso resolve:

1. Excluir Mikhail Bakunin. Votaram a favor: 27; contra: 6; abstenções: 7.

2. Excluir Guillaume; 25 a favor, 9 contra, 8 abstenções”. (Resoluções do Congresso de Haia, in 7, p. 127-8).

Com essas resoluções, as federações libertárias ligadas a Bakunin romperam com o Conselho Geral e, ainda em setembro de 1872, reuniram-se no “Congresso Internacional Antiautoritário de Saint-Imier”, onde se declaram os verdadeiros continuadores da AIT que durou mais alguns anos, sendo reativada algumas décadas depois pelos anarco-sindicalistas. O Conselho Geral, deslocado para Nova Iorque, não sobreviveu por mais que dois anos. Estava terminada a mais importante associação de trabalhadores do século 19.

## Capítulo 3

### O Problema Hoje: Tentativa de Superação

Podemos perceber, com esta exposição, que a polêmica entre Marx e Bakunin ou, mais propriamente, o debate de Marx com o anarquismo, na figura de alguns de seus principais representantes, foi uma polêmica histórica, que marca o surgimento do socialismo moderno. Por outro lado, como aponta Maurício Tragtenberg<sup>20</sup>, este debate continua na ordem do dia, enquanto as condições históricas que o forjaram ainda não foram superadas. Muita coisa foi produzida, reacendendo o fogo do debate, tanto por parte dos marxistas quanto por parte dos anarquistas<sup>21</sup>.

No entanto, a partir dos anos 60 do século 20 assistimos a uma nova perspectiva deste debate: a tentativa de alguns militantes e estudiosos de aproximar estas duas tendências do

---

20. Novamente em *Marx x Bakunin ou Marxismo e Anarquismo*, in 119.

21. O conflito entre Marx e Bakunin, ou entre o socialismo científico e o anarquismo jamais foi superado. Os anarquistas comumente publicam obras de crítica ao “socialismo autoritário” de Marx, assim como os marxistas também publicam inúmeras críticas à ingenuidade do “socialismo utópico” de Bakunin e dos anarquistas. Alguns exemplos são a antologia *Os Anarquistas Julgam Marx*, organizada por Plínio Augusto Coelho; o clássico de Varlan Tcherkesoff, *Erros e Contradições do Marxismo*; e a obra de 1919 de Edgard Leuenroth e Hélio Negro *O que é Maximalismo ou Bolchevismo*. Também entre os escritos marxistas não é difícil encontrar críticas ao anarquismo, sendo que um clássico é a obra de Lenin, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*.



movimento socialista. Um dos mais importantes representantes desta nova frente de trabalho foi o francês Daniel Guérin, autor de diversas obras sobre história e teoria do movimento operário, uma delas intitulada *Por um Marxismo Libertário*, onde ele afirma:

“O estudo da doutrina anarquista autêntica, tal como se formou no século 19, põe a descoberto que a anarquia não é nem desorganização, nem desordem, nem esmigalhamento, mas sim a busca da verdadeira organização, da verdadeira unidade, da verdadeira centralização, que não podem residir nem na autoridade, nem na coerção, nem em um impulso exercido de cima para baixo, senão na associação livre, espontânea, federalista, que ascende de baixo para o alto. O estudo das revoluções da Rússia e da Espanha e quanto ao papel que nela tiveram os anarquistas, demonstra que, ao contrário da lenda inexata em que crêem alguns, aquelas grandes e trágicas experiências dão a razão ao socialismo libertário, ao contrário do socialismo que eu chamaria ‘autoritário’. Nos 50 anos que se seguem à Revolução Russa, e aos 30 anos que se seguem à Revolução Espanhola<sup>22</sup>, o pensamento socialista de todo o mundo tem ficado obnubilado por uma caricatura do marxismo, entulhado por seus dogmas. Em particular, ainda que a querela intestina entre Trotsky e Stalin, hoje melhor conhecida pelo leitor de vanguarda, contribuiu para tirar o marxismo-leninismo de um conformismo esterilizante, não fez, entretanto, toda a luz sobre a Revolução Russa, porque não apontou – porque não podia apontar – o fundo do problema.

[...]

Na busca de suas formas mais eficazes se oferecem aos homens de hoje, apaixonados pela emancipação social, os materiais de um novo exame. E quiçá de uma síntese, agora possível e necessária, entre dois pensamentos igualmente fecundos: o de Marx e Engels e o de Proudhon e Bakunin. Pensamentos, por outra parte, contemporâneos em sua floração, e menos distantes entre si do que se possa crer: Errico Malatesta, o grande teórico e lutador anarquista italiano, observou que

---

22. O artigo de Daniel Guérin do qual foi extraído o trecho citado foi escrito em 1965, portanto, aos 50 anos de Revolução Russa e aos 30 de Guerra Civil Espanhola.

quase toda a literatura anarquista do século 19 ‘estava impregnada de marxismo’. E, inversamente, o pensamento de Proudhon e Bakunin contribuiu em não pouca medida para enriquecer o marxismo” (36, p. 14-5).

Outra pessoa que vem juntando esforços no sentido de promover uma revisão do anarquismo e do marxismo, buscando seus pontos comuns e não suas querelas, para assim poder chegar a um “marxismo libertário”, ou a um anarquismo não-imediatista, voltado para o momento histórico e a luta planificada, ou seja lá qual for o nome que lhe for dado, é o professor espanhol Carlos Díaz, autor de inúmeras obras sobre sociologia e ciência política. Um de seus textos dedicado a esta revisão é intitulado *Marxismo – Anarquismo: Uma Releitura, Como Prólogo a uma Seleção de Textos*, que aparece como introdução para a seleção de textos de Bakunin por ele preparada em língua espanhola. Após uma discussão do marxismo onde se procura perceber seu conteúdo libertário, e uma discussão do anarquismo onde procura explicitar seus contatos com o marxismo, Díaz afirma que a síntese é possível, e este é o atual caminho para a liberdade:

“Todos os caminhos conduzem à liberdade. Pode-se viver a nova vida desde:

a) Um marxismo novo, revisado, que dignifica a pessoa e crê na liberdade, sobre a base da autogestão e do conselho autônomo de operários. É uma via ensaiada – ainda que frustrada até o momento – por alguns marxistas, como Luxemburgo e Bordiga.

b) Um anarquismo novo, revisado – ainda que nunca imposto até o momento – com capacidade de nova resposta a problemas novos. Neste sentido, os clássicos do anarquismo seguem vivos, incitantes, em vias de descobrimento. Lástima que a imagem ortodoxa os tenha desfigurado. Para os efeitos, é necessário que voltem a ser descobertos.

c) Um socialismo de esquerda autogestionário, que sem reportar-se exatamente a nenhum clássico esteja atento ao federalismo, à autogestão, à autonomia e o controle para o povo. O poder para os trabalhadores, a terra para quem nela trabalhe. Sem que ninguém

tesourize ou capitalize esta mais-valia política, muitos grupos autônomos descobrem agora o sentido desta ortopraxia sem ortodoxia.

[...]

Tudo isso é difícil. Exige imaginação primeiro e disciplina depois. Opõe-se ‘à disciplina primeiro e à imaginação depois’.

Tudo isso é utópico no sentido mais difemístico, mesmo que não se venha substanciar. As hipóteses clássicas, os entes divinos já coalhados zombam daqueles que não têm força para nascer.

Tudo isso é teratológico: as novidades parecem sempre monstruosas. Mas não a novidade, e sim os sonhos da razão são os produtores de monstros. E por acaso é um sonho evanescente, o que nos é dado pela ortodoxia indiscutível.

Tudo isso contradiz a máxima: ‘dai a César o que é de César’. Pois não há César algum no meio da liberdade. E se a frase ‘dai a César’ tem sentido, é este outro: o César é o povo. Não é Marx. Nem é Bakunin. Nem é a CNT. Não é o PC. E muito menos Carlos Díaz, claro”. (Carlos DIAZ, in 9, p. 24-5).

Assim se coloca hoje a questão do debate histórico entre anarquismo e marxismo. Surgido no momento mesmo do nascimento do socialismo moderno, consolidou-se como uma ruptura entre duas tendências deste movimento.

Com o passar do tempo e com a miríade de experiências vividas pelo movimento operário, dentro delas algumas bastante vultosas, como a Comuna de Paris de 1870, a Revolução Russa de 1917, ou a Guerra Civil Espanhola na década de 30 do século 20, ambas as tendências mostram suas fraquezas e suas riquezas. Muitas das críticas do anarquismo puderam ser historicamente comprovadas; por outro lado, por diversas vezes o anarquismo também “perdeu o bonde da história”. A história nos mostra que as vias da transformação estão muito mais nas encruzilhadas entre anarquismo e marxismo do que no embate e no “purismo” de ambos. Podemos concluir com uma nova citação do “marxista libertário” Daniel Guérin:

“Resulta assim que, mesmo assinalando como objetivo último, a ser alcançado por etapas, a extinção da competência, a gratuidade dos serviços públicos e sociais, o desaparecimento da moeda e a distribuição da abundância segundo as necessidades de cada um, apontando para a associação na autogestão dos agricultores e artesãos, para a reorganização cooperativa do comércio, não suprime – o marxista libertário – do dia para a noite a competência e as leis do mercado, a remuneração segundo o trabalho cumprido, a pequena propriedade camponesa, artesanal e comercial.

Não crê supérflua a existência temporal de minorias ativas mais instruídas e mais conscientes, qualquer que seja o nome que estas se dêem. Minorias cuja contribuição é inevitável para levar às retaguardas a plena maturidade socialista, mas que mantêm sagazes para não estar em cena um dia a mais, para fundir-se, tão rápido quanto possível, na associação igualitária dos produtores.

O marxista libertário não propõe, como um dos termos possíveis de uma alternativa, uma opção ‘grupuscular’. As linhas diretrizes que acabam de ser enunciadas lhe parecem coincidir com o instinto elementar de classe dos operários.

Fora do marxismo libertário – uma experiência larga, árdua e dolorosa, como já foi demonstrado – não há verdadeiro socialismo”. (36, p. 178-9).

## Citações Bibliográficas

### A. LIVROS E ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

1. ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
2. \_\_\_\_\_. *El Anarquismo en el Siglo XX*. Madri: Taurus, 1979.
3. BANCAL, Jean. *Proudhon: Pluralismo e Autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984.
4. BAKUNIN, Mikhail et alii. *Os Anarquistas e as Eleições*. Brasília: Novos Tempos, 1986.
5. \_\_\_\_\_. *Bakunin por Bakunin: Cartas*. Brasília: Novos Tempos, 1987.
6. \_\_\_\_\_. *Dios y el Estado*. Barcelona: Ediciones Júcar, 1979, 4 ed.
7. \_\_\_\_\_. *Escrito Contra Marx/Conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
8. \_\_\_\_\_. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.
9. \_\_\_\_\_. *La Libertad*. Barcelona: Ediciones Júcar, 1980, 2 ed.
10. \_\_\_\_\_. *O Conceito da Liberdade*. Porto: Rés, s/d.
11. \_\_\_\_\_. *O Princípio do Estado/Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
12. \_\_\_\_\_. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.
13. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos* (org. D. Guérin). Porto Alegre: L & PM, 1983.

14. BERNARDO, João. *Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo: Ed. Vértice, 1987.
15. BERNERI, Camilo. *Epistolario Inédito* (2 volumes). Pistoia: Archivio Famiglia Berneri, 1980.
16. \_\_\_\_\_. *Mussolini Grande Attore*. Pistoia: Archivio Famiglia Berneri, 1980.
17. BERTI, Nico. Reflexiones sobre una Historiografía del Anarquismo. In *Tierra y Libertad*, México, DF, maio de 1988, n° 460.
18. CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário*. Campinas: Pontes/ Unicamp, 1988.
19. CASAS, J. Gomez. *Los Anarquistas en el Gobierno*. Barcelona: Bruguera, 1977.
20. CENTRO DE MEMORIA SINDICAL/ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERARIO BRASILIANO (org.). *A Vida – Periódico Anarquista (1914-1915)* — edição fac-similar. São Paulo: Icone Editora, 1988.
21. CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 2 ed.
22. CHESSA, Aurelio (org.). *Camilo Berneri nell 50ª della Morte*. Pistoia, Archivio Famiglia Berneri, 1986.
23. C.R.I.F.A. *Troisième Congrès del'IFA*. Carrara, 1978.
24. DEBESSE, Maurice/MIALARET, Gaston. *Tratado das Ciências Pedagógicas* (volume 2) História da Pedagogia. São Paulo: Cia Editora Nacional/Editora da USP, 1977.
25. DOMMANGET, Maurice. *Los Grandes Socialistas y la Educación*. Madri: Frágua, 1972.
26. DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
27. ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. São Paulo: Global, 1985, 2 ed.
28. \_\_\_\_\_. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Global, 1985, 7 ed.
29. FAURE, Sébastien. *Deus Existe?* São Paulo: Sementeira, s/d.

30. FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
31. FERRER i GUARDIA, Francesc. *La Escuela Moderna*. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.
32. FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1983, 14 ed.
33. FREIRE, Roberto e BRITO, Fausto. *Utopia e Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, 2 ed.
34. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
35. GUÉRIN, Daniel. *Os Anarquistas Julgam Marx*. Brasília: Novos Tempos, 1986.
36. \_\_\_\_\_. *Por um Marxismo Libertário*. Barcelona: Ed. Júcar, 1979.
37. GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, s/d.
38. HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983, 2 ed.
39. HOROWITZ, Irwing Louis. *Los Anarquistas* (2 volumes). Madri: Alianza, 1979.
40. HUBERT, René. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora Nacional/ MEC, 1976, 3 ed.
41. IANNI, Otávio (org.). *Marx: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, 3 ed.
42. ILLICH, Ivan. *Educação e Desenvolvimento*. In *A Idéia*. Lisboa, verão/outono de 1985, nº 38-39.
43. KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1953.
44. \_\_\_\_\_. *Folletos Revolucionarios* (2 volumes). Barcelona: Tusquets Editor, 1977.
45. \_\_\_\_\_. *O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1977.
46. \_\_\_\_\_. *La Moral Anarquista*. Barcelona: Ediciones Júcar, 1978.
47. \_\_\_\_\_. *Palabras de un Rebelde*. Barcelona: Pequena Biblioteca Calamvs Scriptorivs, 1977.

48. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos* (org. M. Tragtenberg). Porto Alegre: L & PM, 1986.
49. LAMENDOLA, Francesco. Eliseo Reclus, un Geógrafo per l'Anarchia. In *Umanità Nova*. Livorno, 4 giugno 1989, anno 69, n° 19.
50. LASKI, Harold J. *O Liberalismo Europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
51. LA TORRE, Plácido. *Malatesta*. Ancona: Comitato della Manifestazioni per il 50° Anniversario della Morte di Malatesta, 1982.
52. LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. São Paulo: Difel, 1979.
53. LENIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Global, 1981, 4 ed.
54. \_\_\_\_\_. *Materialismo e Empirocriticismo*. Moscou/Lisboa: Ed. Progresso/ Ed. Avante!, 1982.
55. LEUENROTH, Edgard/NEGRO, Hélio. *O que é Maximalismo ou Bolchevismo*. São Paulo: A Plebe, 1919.
56. LOCKE, John. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 3 ed. Col. "Os Pensadores".
57. LOMBROSO, Cesare/MELLA, Ricardo. *Los Anarquistas*. Barcelona: Ediciones Júcar, 1978.
58. LOPES, Eliane M. Teixeira. *Origens da Educação Pública*. São Paulo: Loyola, 1981.
59. LUIZETTO, Flávio. Cultura e Educação Libertária no Brasil no Início do Século XX. In *Educação e Sociedade*, n° 12, CEDES, Campinas.
60. \_\_\_\_\_. O Movimento Anarquista em São Paulo: a Experiência da Escola Moderna n° 1 (1912-1919). In *Educação e Sociedade*, n° 24, CEDES, Campinas.
61. \_\_\_\_\_. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
62. LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979, 11 ed.
63. MAGNANI, Silvia Lang. *Movimento Anarquista em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.



64. MAKHNO, Nestor. *A Revolução Contra a Revolução*. São Paulo, 1989.
65. MALATESTA, Errico et alii. *O Anarquismo e a Democracia Moderna*. São Paulo: Global, 1983, 3 ed.
66. MALATESTA, Errico. *A anarquia e outros Escritos*. Brasília: Novos Tempos, 1988.
67. \_\_\_\_\_. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.
68. \_\_\_\_\_. *Escritos Revolucionários*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
69. \_\_\_\_\_. *Fra Contadini*. Ragusa: La Rivolta, 1972.
70. \_\_\_\_\_. *La Anarquía*. Paris: Ediciones CNT/AIT, 1973.
71. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos* (org., Group ler. mai — FAF). Porto Alegre: L & PM, 1984.
72. MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
73. MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1989.
74. \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1987.
75. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, 3 ed.
76. MARX, Karl/ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986, 5 ed.
77. \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã II*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/ Martins Fontes, s/d.
78. \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!, 1975.
79. \_\_\_\_\_. *O Anarquismo*. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987.
80. MENDEL, Gerard/VOGT, Christian. *El Manifesto de la Educación*. Madri: Siglo Veinteuno Editores, 1978, 5 ed.
81. MORIYÓN, Félix Garcia (org.). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

82. NEILL, A. S. *Liberdade na Escola*. São Paulo: Ibrasa, 1978, 3 ed.
83. NETTLAU, Max. *La Anarquia A Traves de Los Tiempos*. Barcelona: Ediciones Júcar, 1978.
84. OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. São Paulo: Editora Econômica, 1983, 2 ed.
85. PETITFILS, Jean-Christian. *Os Socialismos Utópicos*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
86. PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, 10 ed.
87. PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, 7 ed.
88. PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
89. PRADO, A. Arnoni/HARDMAN, F. Foot (org.). *Contos Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
90. PROUDHON, Pierre-Joseph. *A Nova Sociedade*. Porto: Rés s/d.
91. \_\_\_\_\_. *O Que é a Propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
92. \_\_\_\_\_. *Sistema de Las Contradiciones Economicas, o Filosofia de la Miseria* (2 vol.). Barcelona: Ediciones Júcar, 1975.
93. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos* (org. D. Guérin). Porto Alegre: L & PM, 1983.
94. QUEIROZ NORTE, Sérgio Augusto. *Bakunin: Sangue, Suor e Barricadas*. Campinas: Papirus, 1988.
95. RAYNAUD, Jean/AMBAUVES, Guy. *L'Education Libertaire*. Paris: Spartacus, 1978.
96. \_\_\_\_\_. Paul Robin (1837-1912) e l'Orfanotrofio di Cempuis. In *Umanità Nova*. Livorno, 2 ottobre 1988, anno 68, n° 27.
97. READ, Herbert. *A Educação pela Arte*. Lisboa: Edições 70, s/d.
98. \_\_\_\_\_. *A Redenção do Robô*. São Paulo: Summus, 1986.

99. REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
100. RICHARDS, Vernon. *Malatesta, Vida e Ideas*. Barcelona: Tusquets, s/d.
101. ROCKER, Rudolf. *As Idéias Absolutistas no Socialismo*. São Paulo: Sagitário, s/d.
102. RODRIGUES, Edgar. *ABC do Sindicalismo Revolucionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987.
103. \_\_\_\_\_. *Os Anarquistas: Trabalhadores Italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.
104. \_\_\_\_\_. *Os Libertários. Idéias e Experiências Anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
105. \_\_\_\_\_. *Socialismo, Uma Visão Alfabética*. Rio de Janeiro: Porta Aberta, s/d.
106. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. São Paulo: Difel, 1968.
107. \_\_\_\_\_. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 3 ed. Col. "Os Pensadores".
108. SANTOS, Francisco Madrid. *Camilo Berneri (1887-1937)*. Pistoia: Archivio Famiglia Berneri, 1985.
109. SCHIMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. São Paulo: Brasiliense, 1980, 3 ed.
110. SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarco-sindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, série "Princípios".
111. SNYDERS, Georges. *Escola, Classe e Luta de Classes*. Lisboa: Moraes, 1981, 2 ed.
112. SOLA, Pere. *Las Escuelas Racionalistas en Cataluña (1909-1939)*. Barcelona: Tusquets Editor, 1978, 2 ed.
113. TCHERKESOFF, Varlan. *Erros e Contradições do Marxismo*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d.
114. THOREAU, Henry-David. *Desobedecendo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
115. \_\_\_\_\_. *Walden, ou A Vida nos Bosques*. São Paulo: Global, 1984, 2 ed.

116. TOLSTOI, Leon N. *Obras Pedagógicas*. Moscou: Edições Progresso, 1988.
117. TOMASI, Tina. *Ideologie Libertarie e Formazione Umana*. Firenze: La Nuova Itália Editrice, 1973.
118. TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária. In *Educação e Sociedade*, nº 01, CEDES, Campinas.
119. \_\_\_\_\_. Marx/Bakunin: ou Marxismo e Anarquismo. In *Educação e Sociedade*, nº 23, CEDES, Campinas.
120. \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
121. \_\_\_\_\_. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo* (vol.1). São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
122. VACCARO, Salvo. Esperienze de Pedagogia Libertária: “La Ruche” de Sébastien Faure. In *Umanità Nova*. Livorno, 16 ottobre 1988, anno 68, nº 29.
123. VALÉRY, Paul. *Los Principios de la An-Arquia Pura y Aplicada*. Barcelona: Tusquets, 1987.
124. VIZZINI, Beniamino. La Pedagogia Libertária come Antipedagogia. In *Umanità Nova*. Livorno, 6 maggio 1989, anno 69, nº 19.
125. WILDE, Oscar. *A Alma do Homem Sob o Socialismo*. Porto Alegre: L & PM, 1982.
126. WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários* (2 vol.). Porto Alegre: L & PM, 1983.
127. \_\_\_\_\_. *As Idéias de Gandhi*. São Paulo: Cultrix, s/d.
128. \_\_\_\_\_. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

## B. PERIÓDICOS

129. *A Batalha* (semanário) – Lisboa, Portugal, 1984 a 1988.
130. *A Idéia* (revista bimestral) – Lisboa, Portugal, 1983 a 1987.

131. *Boletim da Comissão Organizadora do 3º Congresso Operário* – São Paulo, agosto de 1920.
132. *Le Monde Libertaire* (semanário) – Paris, França, 1983 a 1984.
133. *Libertarians Workers Movement (IWW)* – Sidney, Austrália, 1984 a 1988.
134. *Remate de Males nº 5* – Libertários e Militantes – Campinas, fevereiro de 1985, revista publicada pelo IEL – Unicamp.
135. *Umanità Nova* (semanário) – Livorno, Itália, 1983 a 1990.